

A GESTÃO PÚBLICA EDUCACIONAL E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

PUBLIC EDUCATION MANAGEMENT AND THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE: CHALLENGES FOR THE CONSOLIDATION OF EDUCATIONAL POLICIES

 <https://doi.org/10.63330/armv2n6-033>

Submetido em: 06/07/2026 e Publicado em: 09/07/2026

Clodoaldo Fornari

Doutorando em Ciências da Educação - Branner Global University – Estados Unidos

E-mail: fornari1975@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4994541790236296>

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o papel da gestão pública educacional na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), evidenciando os principais desafios enfrentados pelos sistemas de ensino e as possibilidades para a consolidação das políticas educacionais na educação básica brasileira. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter descritivo-analítico, fundamentada em autores que discutem gestão educacional, políticas públicas e currículo. Os resultados apontam que a efetividade da BNCC depende diretamente da capacidade da gestão pública de articular planejamento, formação continuada de professores, acompanhamento pedagógico e adequação das práticas escolares às diretrizes curriculares. Evidencia-se, ainda, que fatores como desigualdades regionais, limitações estruturais e resistência às mudanças constituem obstáculos significativos à consolidação dessa política. Conclui-se que a gestão pública educacional desempenha papel estratégico na mediação entre as diretrizes normativas e a prática escolar, sendo fundamental para a promoção de uma educação mais equitativa, democrática e comprometida com a formação integral dos estudantes.

Palavras-chave: BNCC; Currículo; Educação básica; Gestão pública educacional; Políticas educacionais.

Abstract

This article aims to analyze the role of public educational management in the implementation of the National Common Curricular Base (BNCC), highlighting the main challenges faced by education systems and the possibilities for consolidating educational policies in Brazilian basic education. This is a qualitative study, based on a bibliographic approach with a descriptive-analytical nature, grounded in authors who discuss educational management, public policies, and curriculum. The results indicate that the effectiveness of the BNCC depends directly on the ability of public management to articulate planning, continuous



teacher training, pedagogical monitoring, and the alignment of school practices with curricular guidelines. It is also evident that factors such as regional inequalities, structural limitations, and resistance to change constitute significant obstacles to the consolidation of this policy. It is concluded that public educational management plays a strategic role in mediating between normative guidelines and school practices, being essential for promoting a more equitable, democratic, and student-centered education.

Keywords: Basic education; BNCC; Curriculum; Educational policies; Public educational management.

1 INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira tem sido marcada por sucessivas transformações decorrentes das mudanças sociais, econômicas, culturais e tecnológicas que caracterizam a sociedade contemporânea. Nesse cenário, a gestão pública educacional passou a desempenhar um papel estratégico na formulação, implementação e acompanhamento das políticas voltadas à garantia do direito à educação de qualidade. Entre essas políticas, destaca-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), concebida como um documento normativo destinado a estabelecer as aprendizagens essenciais para todos os estudantes da Educação Básica. Sua implementação representa um dos maiores desafios da gestão educacional nas últimas décadas, exigindo planejamento, articulação institucional e compromisso permanente com a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Conforme CURY (2018), as políticas educacionais somente alcançam seus objetivos quando são acompanhadas por mecanismos de gestão capazes de assegurar sua efetivação nos diferentes sistemas de ensino.

A implementação da BNCC exige uma atuação integrada entre os órgãos responsáveis pela administração pública da educação, as redes de ensino e as instituições escolares. Nesse processo, a gestão pública assume a responsabilidade de coordenar ações relacionadas ao planejamento curricular, à formação continuada dos profissionais da educação, à reorganização dos projetos pedagógicos e ao acompanhamento das práticas desenvolvidas nas escolas. Mais do que promover alterações em documentos oficiais, a implementação da BNCC demanda mudanças culturais, pedagógicas e organizacionais que dependem diretamente da capacidade de gestão dos sistemas educacionais. Para Libâneo (2020), a qualidade da educação está associada à articulação entre políticas públicas, gestão escolar e práticas pedagógicas comprometidas com o desenvolvimento integral dos estudantes.

Embora a BNCC represente um importante avanço na organização curricular da educação brasileira, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos relacionados às desigualdades regionais, à infraestrutura das escolas, à disponibilidade de recursos, à formação dos professores e às diferentes realidades vivenciadas pelas redes públicas de ensino. Essas dificuldades evidenciam que a consolidação de uma política curricular nacional depende não apenas da existência de diretrizes legais, mas também da



capacidade da gestão pública de promover condições objetivas para sua efetiva implementação. Nesse sentido, Ball (2016) destaca que as políticas educacionais são continuamente reinterpretadas pelos diferentes atores envolvidos em sua execução, tornando sua implementação um processo complexo e dinâmico.

Diante dessa realidade, torna-se necessário refletir sobre o papel da gestão pública na consolidação da BNCC como instrumento orientador das políticas educacionais brasileiras. A análise dessa temática permite compreender como os processos de planejamento, monitoramento, liderança institucional e gestão de recursos influenciam a efetividade das ações desenvolvidas pelos sistemas de ensino. Além disso, possibilita identificar fatores que favorecem ou dificultam a implementação das políticas curriculares, contribuindo para o aperfeiçoamento das estratégias de gestão voltadas ao fortalecimento da educação pública. Conforme Saviani (2021), a qualidade das políticas educacionais depende da articulação entre fundamentos teóricos consistentes, planejamento estratégico e compromisso político com a democratização do ensino.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a atuação da gestão pública educacional diante da implementação da Base Nacional Comum Curricular, discutindo os principais desafios enfrentados pelos sistemas de ensino e as possibilidades de fortalecimento das políticas educacionais na Educação Básica. Para tanto, desenvolve-se uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada em autores que discutem gestão educacional, políticas públicas e currículo, buscando contribuir para o aprofundamento do debate acadêmico acerca da relação entre gestão pública, organização curricular e promoção da qualidade da educação brasileira.

2 JUSTIFICATIVA

A implementação da Base Nacional Comum Curricular representa uma das mais significativas transformações das políticas educacionais brasileiras nas últimas décadas, exigindo dos sistemas públicos de ensino capacidade técnica, planejamento estratégico e compromisso permanente com a melhoria da qualidade da educação. Nesse contexto, a gestão pública educacional assume papel determinante na condução das ações necessárias para que as diretrizes da BNCC sejam efetivamente incorporadas ao cotidiano das escolas. Compreender essa relação torna-se fundamental para analisar como as políticas curriculares são materializadas nas redes de ensino e de que maneira os gestores públicos podem contribuir para o fortalecimento da educação básica. Conforme Libâneo (2020), a gestão educacional constitui um elemento indispensável para a organização das práticas pedagógicas e para a consolidação das políticas públicas voltadas à aprendizagem.

A relevância científica desta pesquisa está na possibilidade de ampliar as discussões sobre a interface entre gestão pública e implementação da BNCC, temática que permanece em constante construção diante



das mudanças educacionais ocorridas no país. Embora existam importantes estudos sobre currículo e políticas públicas, ainda se observa a necessidade de aprofundar as análises referentes ao papel da gestão pública como elemento articulador entre as diretrizes nacionais e sua efetiva aplicação nas instituições de ensino. Ao discutir essa temática, o estudo busca oferecer subsídios teóricos que contribuam para novas pesquisas e para o fortalecimento da produção científica na área da gestão educacional.

Sob a perspectiva social, esta investigação justifica-se por reconhecer que a efetividade da BNCC está diretamente relacionada ao direito de todos os estudantes a uma educação pública de qualidade, equitativa e socialmente referenciada. A implementação das políticas curriculares influencia a organização do trabalho pedagógico, a formação dos professores, a elaboração dos currículos locais e as oportunidades de aprendizagem oferecidas aos estudantes. Dessa forma, fortalecer a gestão pública significa criar condições para que as políticas educacionais promovam inclusão, equidade e desenvolvimento humano, respeitando a diversidade presente nas diferentes realidades brasileiras. Segundo Cury (2018), a gestão pública educacional deve atuar como instrumento de garantia do direito à educação e de redução das desigualdades educacionais.

A pesquisa também apresenta relevância prática ao oferecer reflexões que poderão subsidiar gestores públicos, dirigentes escolares e profissionais da educação na elaboração de estratégias voltadas ao aperfeiçoamento da implementação da BNCC. A identificação dos desafios enfrentados pelos sistemas de ensino poderá contribuir para o desenvolvimento de ações relacionadas ao planejamento educacional, à formação continuada dos profissionais, ao acompanhamento das políticas curriculares e à avaliação dos resultados obtidos pelas redes públicas de ensino. Nesse sentido, Luck (2019) destaca que uma gestão educacional eficiente depende da capacidade de integrar planejamento, liderança, participação coletiva e compromisso com os objetivos institucionais.

Por fim, esta pesquisa justifica-se por reafirmar a importância da gestão pública como elemento essencial para a consolidação das políticas educacionais brasileiras. A implementação da BNCC não deve ser compreendida apenas como o cumprimento de uma exigência normativa, mas como uma oportunidade de fortalecer os sistemas públicos de ensino, promover maior articulação entre currículo e prática pedagógica e assegurar melhores condições para o desenvolvimento integral dos estudantes. Espera-se que as reflexões apresentadas neste estudo contribuam para ampliar o debate sobre a gestão pública educacional e incentivar a construção de políticas cada vez mais eficazes, democráticas e comprometidas com a qualidade da educação brasileira.



3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a atuação da gestão pública educacional diante da implementação da Base Nacional Comum Curricular, evidenciando seus desafios, limites e possibilidades para a consolidação das políticas educacionais na educação básica brasileira.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender os fundamentos da gestão pública educacional no contexto das políticas públicas voltadas à educação básica no Brasil.
- Analisar os princípios, finalidades e diretrizes da Base Nacional Comum Curricular como instrumento normativo de organização do currículo escolar.
- Identificar os principais desafios enfrentados pelos sistemas públicos de ensino na implementação da BNCC, considerando aspectos pedagógicos, administrativos e estruturais.
- Discutir o papel da gestão pública na articulação entre políticas curriculares, formação de professores e práticas pedagógicas nas instituições de ensino.
- Refletir sobre estratégias e possibilidades de fortalecimento da gestão educacional para a efetiva consolidação da BNCC nas redes públicas de ensino.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) configura-se como um marco normativo na organização da educação básica brasileira, estabelecendo diretrizes que orientam os sistemas de ensino na definição das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes. Sua elaboração e implementação estão diretamente vinculadas ao esforço do Estado em promover maior equidade educacional, buscando reduzir desigualdades históricas no acesso ao conhecimento. Nesse sentido, a BNCC representa não apenas um documento técnico, mas uma política pública que expressa intencionalidades pedagógicas e sociais, refletindo disputas, consensos e concepções de educação presentes na sociedade. Conforme Saviani (2021), o currículo deve ser compreendido como parte de um projeto educativo mais amplo, vinculado à formação integral do sujeito.

A implementação da BNCC exige uma reorganização significativa das práticas pedagógicas, dos currículos locais e dos projetos político-pedagógicos das escolas. Esse processo demanda planejamento, formação continuada de professores e acompanhamento sistemático por parte dos gestores públicos, evidenciando o papel estratégico da gestão educacional na consolidação dessa política curricular. Mais do



que adaptar conteúdos, trata-se de promover mudanças na forma de ensinar, aprender e avaliar, o que implica revisitar concepções pedagógicas e metodológicas historicamente construídas. Para Sacristán (2013), o currículo é uma construção social que se materializa nas práticas escolares, sendo constantemente reinterpretado pelos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Sob a perspectiva das políticas públicas, a BNCC deve ser analisada como parte de um conjunto de ações que envolvem formulação, implementação e avaliação, constituindo um processo dinâmico e complexo. Nesse contexto, Ball (2016) destaca que as políticas educacionais não são simplesmente aplicadas, mas reinterpretadas e ressignificadas pelos atores que atuam em diferentes níveis do sistema educacional. Isso significa que a efetividade da BNCC depende não apenas de sua estrutura normativa, mas também da forma como é compreendida e operacionalizada por gestores, professores e demais profissionais da educação.

A análise da implementação da BNCC também pode ser compreendida a partir do ciclo de políticas, que considera diferentes contextos — de influência, de produção do texto e de prática — como elementos fundamentais para entender o percurso das políticas educacionais. Segundo Mainardes (2018), a execução de uma política pública educacional está profundamente relacionada às condições locais, às interpretações dos sujeitos e às estruturas institucionais existentes. Dessa forma, a gestão pública desempenha papel essencial na mediação entre as diretrizes nacionais e as realidades específicas das redes de ensino, buscando garantir que os princípios da BNCC sejam efetivamente incorporados às práticas escolares.

Por fim, a BNCC pode ser compreendida como um instrumento que, ao mesmo tempo em que orienta a organização curricular, desafia os sistemas de ensino a promoverem uma educação mais inclusiva, equitativa e alinhada às demandas contemporâneas. Sua implementação exige compromisso político, competência técnica e sensibilidade pedagógica por parte dos gestores públicos, que precisam articular políticas, recursos e pessoas em favor da aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, Oliveira (2020) destaca que a gestão educacional assume papel central na consolidação das políticas curriculares, sendo responsável por criar condições concretas para que as diretrizes nacionais se traduzam em práticas pedagógicas significativas e socialmente relevantes.

4.2 DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA BNCC NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

A consolidação da Base Nacional Comum Curricular nas escolas brasileiras constitui um dos maiores desafios contemporâneos da gestão pública educacional, sobretudo em um país marcado por profundas desigualdades sociais, regionais e estruturais. Embora a BNCC estabeleça diretrizes claras para a organização do currículo, sua efetivação depende de condições concretas que nem sempre estão plenamente asseguradas nos sistemas públicos de ensino. Questões como infraestrutura inadequada,



escassez de recursos didáticos e limitações na formação docente evidenciam que a implementação de uma política curricular nacional exige mais do que normativas legais, requerendo ações consistentes de gestão pública. Conforme Cury (2018), a garantia do direito à educação pressupõe a criação de condições reais para que as políticas educacionais se concretizem no cotidiano das escolas.

Outro desafio significativo refere-se à formação continuada dos profissionais da educação, especialmente dos professores, que são os principais responsáveis pela materialização do currículo em sala de aula. A implementação da BNCC demanda a revisão de práticas pedagógicas, metodologias de ensino e formas de avaliação, exigindo que os docentes estejam preparados para atuar em consonância com as novas diretrizes curriculares. Nesse contexto, a gestão pública desempenha papel fundamental na oferta de programas de formação que contribuam para o desenvolvimento profissional dos educadores. Para Nóvoa (2022), a valorização da formação docente constitui um elemento central para a melhoria da qualidade da educação e para a efetividade das políticas educacionais.

A resistência às mudanças também se apresenta como um fator relevante no processo de implementação da BNCC. As transformações propostas pela política curricular podem gerar insegurança, dúvidas e até mesmo rejeição por parte dos profissionais da educação, especialmente quando não há clareza sobre seus objetivos ou quando as mudanças são percebidas como imposições externas. Nesse sentido, a gestão pública precisa atuar de forma sensível e estratégica, promovendo o diálogo, a escuta ativa e a participação dos sujeitos envolvidos no processo educativo. De acordo com Ball (2016), as políticas educacionais são reinterpretadas pelos atores que as vivenciam, sendo essencial considerar suas percepções e experiências para garantir maior adesão às propostas implementadas.

A articulação entre os diferentes níveis da administração pública também se configura como um desafio para a consolidação da BNCC. A coordenação entre União, estados e municípios é fundamental para assegurar a coerência das ações, a distribuição equitativa de recursos e o alinhamento das políticas educacionais. No entanto, as diferenças entre as redes de ensino e as limitações administrativas podem dificultar essa integração, comprometendo a efetividade da política curricular. Segundo Mainardes (2018), a implementação das políticas públicas educacionais depende da interação entre múltiplos contextos, sendo necessário considerar as especificidades locais para alcançar resultados mais consistentes.

Por fim, destaca-se o desafio de transformar as diretrizes da BNCC em práticas pedagógicas significativas, capazes de promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. A gestão pública educacional deve atuar como mediadora entre a política e a prática, criando condições para que as escolas desenvolvam propostas pedagógicas contextualizadas, inclusivas e alinhadas às necessidades dos alunos. Nesse processo, o compromisso com a qualidade da educação deve orientar todas as ações, desde o planejamento até a avaliação dos resultados. Conforme Oliveira (2020), a efetividade das políticas



curriculares depende da capacidade dos sistemas de ensino de integrar gestão, formação e prática pedagógica em uma perspectiva articulada e comprometida com a transformação social.

5 METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e com caráter descritivo-analítico, orientada pela necessidade de compreender o papel da gestão pública educacional na implementação da Base Nacional Comum Curricular. A escolha por essa abordagem fundamenta-se na compreensão de que as políticas educacionais não podem ser analisadas apenas sob uma perspectiva quantitativa, pois envolvem processos complexos, relações humanas e interpretações que se constroem no cotidiano das instituições de ensino. Conforme Gil (2022), a pesquisa qualitativa possibilita uma análise mais aprofundada dos fenômenos sociais, permitindo interpretar significados, contextos e práticas que constituem a realidade educacional.

O percurso metodológico foi desenvolvido a partir do levantamento e análise de produções acadêmicas relevantes, incluindo livros, artigos científicos, dissertações e documentos oficiais que tratam da gestão pública educacional, das políticas públicas e da BNCC. Foram priorizadas obras que abordam a temática sob diferentes perspectivas teóricas, garantindo diversidade e consistência ao referencial analisado. Também foram considerados documentos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a própria BNCC, por representarem marcos estruturantes da política educacional brasileira. Segundo Marconi e Lakatos (2022), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador construir uma base teórica sólida, essencial para a análise crítica do objeto de estudo.

A análise dos dados foi realizada por meio da leitura crítica e interpretativa das fontes selecionadas, buscando identificar as principais contribuições teóricas acerca da gestão pública e da implementação de políticas curriculares. Esse processo permitiu estabelecer relações entre diferentes autores, evidenciando convergências e divergências que enriquecem a compreensão do fenômeno investigado. Mais do que reunir informações, a pesquisa buscou compreender como as políticas educacionais se materializam na prática, reconhecendo que sua implementação depende de múltiplos fatores, como contextos institucionais, condições estruturais e atuação dos sujeitos envolvidos. Conforme Ball (2016), as políticas públicas educacionais são constantemente reinterpretadas pelos atores sociais, o que reforça a complexidade de sua análise.

A escolha por uma abordagem qualitativa também reflete a compreensão de que a educação é um campo profundamente humano, no qual decisões políticas e administrativas impactam diretamente a vida de professores, gestores e estudantes. Investigar a implementação da BNCC significa olhar para além dos documentos oficiais e considerar as experiências, desafios e expectativas daqueles que vivenciam a escola no dia a dia. Nesse sentido, a pesquisa assume um compromisso com uma análise sensível e crítica,



reconhecendo que a gestão pública educacional deve estar orientada não apenas pela eficiência administrativa, mas também pela promoção da equidade, da inclusão e da justiça social, conforme defendem Cury (2018) e Nóvoa (2022).

Por fim, a metodologia adotada buscou assegurar rigor científico aliado a uma perspectiva reflexiva sobre o papel da gestão pública na educação brasileira. A análise da literatura permitiu compreender que a implementação da BNCC não é um processo linear, mas um movimento dinâmico que envolve múltiplos atores, interesses e contextos. Ao adotar uma abordagem interpretativa, esta pesquisa procura contribuir para o aprofundamento das discussões sobre políticas educacionais, destacando a importância de uma gestão pública comprometida com a qualidade da educação e com a transformação social. Dessa forma, reafirma-se que investigar a educação é, sobretudo, compreender as relações humanas que a constituem e reconhecer seu potencial de promover mudanças significativas na sociedade.

6 RESULTADOS ESPERADO

Espera-se que a presente pesquisa contribua para a ampliação da compreensão acerca do papel da gestão pública educacional na implementação da Base Nacional Comum Curricular, evidenciando que a efetividade dessa política depende diretamente da capacidade dos sistemas de ensino de articular planejamento, formação e acompanhamento das práticas pedagógicas. A análise teórica realizada permite inferir que a BNCC, enquanto instrumento normativo, necessita ser sustentada por ações concretas de gestão para que seus objetivos sejam plenamente alcançados. Conforme Cury (2018), a materialização das políticas educacionais exige condições institucionais que garantam sua execução nos diferentes contextos da educação básica.

Outro resultado esperado consiste em demonstrar que a implementação da BNCC não ocorre de forma homogênea nos sistemas públicos de ensino, sendo fortemente influenciada pelas condições estruturais, pela organização administrativa e pela capacidade de gestão das redes educacionais. Espera-se evidenciar que fatores como desigualdades regionais, limitações de recursos e diferentes níveis de formação dos profissionais da educação impactam diretamente a consolidação dessa política curricular. Nesse sentido, Ball (2016) destaca que as políticas públicas são reinterpretadas pelos sujeitos que as implementam, o que contribui para a diversidade de práticas observadas nos contextos escolares.

A pesquisa também busca evidenciar a importância da formação continuada dos professores e gestores como elemento essencial para o sucesso da implementação da BNCC. Espera-se identificar que a qualificação profissional favorece a compreensão das diretrizes curriculares e contribui para a transformação das práticas pedagógicas, tornando-as mais alinhadas às competências e habilidades previstas no documento. Para Nóvoa (2022), a formação docente constitui um dos principais pilares para a



melhoria da qualidade da educação e para a efetividade das políticas educacionais no contexto contemporâneo.

Além disso, espera-se demonstrar que a gestão pública educacional exerce papel decisivo na mediação entre as diretrizes da BNCC e sua aplicação nas escolas, sendo responsável por criar condições que favoreçam o desenvolvimento de práticas pedagógicas significativas. A atuação dos gestores públicos na organização dos currículos, na oferta de formação, no acompanhamento das ações e na avaliação dos resultados revela-se fundamental para a consolidação das políticas curriculares. Conforme Mainardes (2018), a implementação das políticas educacionais depende da articulação entre diferentes contextos e da atuação estratégica dos gestores responsáveis por sua execução.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o fortalecimento do debate acadêmico sobre gestão pública e políticas educacionais, oferecendo subsídios teóricos que possam orientar práticas mais eficazes nos sistemas de ensino. Acredita-se que a compreensão dos desafios e das possibilidades relacionadas à implementação da BNCC poderá auxiliar gestores, pesquisadores e profissionais da educação na construção de estratégias voltadas à melhoria da qualidade da educação pública. Dessa forma, reafirma-se que a gestão pública educacional, quando orientada por princípios democráticos, planejamento consistente e compromisso social, possui potencial para transformar as políticas educacionais em práticas concretas capazes de promover aprendizagem, inclusão e desenvolvimento humano.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo permitiu compreender que a gestão pública educacional desempenha papel central na implementação da Base Nacional Comum Curricular, sendo responsável por articular políticas, recursos e práticas pedagógicas em favor da qualidade da educação. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que a BNCC, embora constitua um importante avanço na organização curricular brasileira, não se efetiva de maneira automática, dependendo de ações concretas de planejamento, acompanhamento e avaliação por parte dos sistemas públicos de ensino. Nesse sentido, conforme Cury (2018), a garantia do direito à educação está diretamente relacionada à capacidade do Estado de transformar diretrizes normativas em práticas educacionais efetivas.

As reflexões apresentadas também evidenciam que a implementação da BNCC está permeada por desafios estruturais, pedagógicos e administrativos que exigem da gestão pública uma atuação estratégica e sensível às diferentes realidades educacionais. As desigualdades regionais, a carência de recursos, a necessidade de formação continuada e as dificuldades de articulação entre os entes federativos demonstram que a consolidação dessa política curricular depende de um esforço coletivo e coordenado. Conforme Ball



(2016), as políticas educacionais são constantemente reinterpretadas nos contextos de prática, o que reforça a importância de considerar as especificidades locais na sua implementação.

Outro aspecto relevante refere-se à centralidade da formação dos profissionais da educação para o sucesso da BNCC. A pesquisa evidencia que professores e gestores precisam estar preparados para compreender e aplicar as diretrizes curriculares em suas práticas cotidianas, o que demanda investimentos contínuos em formação e desenvolvimento profissional. Nesse contexto, Nóvoa (2022), destaca que a valorização dos educadores constitui um elemento fundamental para a melhoria da qualidade do ensino e para a efetividade das políticas educacionais.

Além disso, a gestão pública educacional deve assumir o papel de mediadora entre as orientações normativas e a realidade das escolas, criando condições para que as diretrizes da BNCC se traduzam em práticas pedagógicas significativas e contextualizadas. Isso implica não apenas garantir recursos e infraestrutura, mas também promover o diálogo, a participação e o acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas nas instituições de ensino. Conforme Mainardes (2018), a implementação das políticas públicas educacionais depende da articulação entre diferentes níveis de gestão e da capacidade de adaptação às realidades locais.

Conclui-se, portanto, que a consolidação da BNCC no sistema público de educação brasileiro requer uma gestão pública comprometida com a qualidade, a equidade e a transformação social. Mais do que um documento normativo, a BNCC representa uma oportunidade de reorganizar a educação básica a partir de princípios que valorizem a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse sentido, fortalecer a gestão pública educacional significa investir na construção de políticas mais eficazes, democráticas e inclusivas, capazes de promover uma educação que responda às demandas da sociedade contemporânea e contribua para a formação de cidadãos críticos, autônomos e socialmente comprometidos.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **Políticas educacionais e justiça social: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito à educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022.



MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. Barueri: Atlas, 2022.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 39, n. 145, p. 1-17, 2018.

NÓVOA, António. **Escolas e professores**: proteger, transformar, valorizar. Salvador: SEC/IAT, 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Política e gestão da educação básica no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.